



O ENSINO DA ÉTICA NO CONTEXTO DO CURSO ÉTICA EM MOVIMENTO NA BAHIA

The teaching of ethics in the context of the ethics in movement course in Bahia

Adriana Antônia Alves Do Nascimento *

 <https://orcid.org/0009-0002-4357-1500>

Maria Da Conceição Vasconcelos Gonçalves**

 <https://orcid.org/0000-0003-3902-3990>

RESUMO

Esse artigo é fruto da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, priorizando os resultados dos cursos realizados na Bahia. A temática do estudo versou sobre a “Ética no Serviço Social, Ensino e Aprendizagem: Análise do Curso Ética em Movimento na Bahia (2000–2017)”, cujo objetivo principal foi analisar a proposta política, pedagógica e metodológica do referido curso implementado, na Bahia, pelo Conselho Regional de Serviço Social, decorrente da deliberação do Conjunto CFESS/CRESS em encontro nacional da categoria, em 1999. Metodologicamente, a pesquisa foi de natureza descritiva, de base qualitativa e adotou como procedimentos técnicos a pesquisa documental e bibliográfica com abordagem qualitativa, orientada pela perspectiva do materialismo histórico-dialético. Ganha evidência no estudo a análise da ética profissional e o ensino da ética como estratégias de consolidação do Projeto Ético Político Profissional e de qualificação do fazer profissional por meio ao estímulo ao pensamento crítico na medida em que o debate da ética instrumentaliza os sujeitos para os enfrentamentos aos desafios postos ao exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Ética; Ética profissional; Curso Ética em Movimento; Ensino – Aprendizagem.

ABSTRACT

This article is the result of a master's thesis presented to the Graduate Program in Social Work at the Federal University of Sergipe. The theme of the study was about "Ethics in Social Work, Teaching and Learning:

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, Sergipe, Brasil). Especialista Social na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS, Salvador, Brasil). E-mail: adriana.aan@gmail.com

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente voluntária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS, Sergipe, Brasil). E-mail: licavasconcelos@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p202-217



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Analysis of the Ethics in Movement Course in Bahia (2000 - 2017)", whose main objective was to analyze the political, pedagogical and methodological proposal of the said course implemented, in Bahia, by the Regional Council of Social Service, resulting from the deliberation of the CFESS/CRESS Assembly in a national meeting of the category, in 1999. Methodologically, the research was of a descriptive nature, with a qualitative basis and adopted documental and bibliographical research with a qualitative approach as technical procedures, guided by the perspective of historical-dialectical materialism. The analysis of professional ethics and the teaching of ethics gain evidence in the study as strategies for consolidating the Ethical Political Professional Project and for qualifying professional work by encouraging critical thinking to the extent that the debate on ethics equips the subjects for confrontations to the challenges posed to professional practice.

KEYWORDS

Social Work; Ethic; Professional ethics; Ethics in Motion Course; Teaching - Learning.

Introdução

Este artigo é o recorte de alguns achados da dissertação de mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe defendida em 2020, sob o título: *Ética no serviço Social, Ensino e Aprendizagem: Análise do Curso Ética em Movimento na Bahia (2000–2017)*.

O objetivo geral da dissertação foi analisar a proposta política e pedagógica do ensino da ética em Serviço Social elegendo como elementos constitutivos para essa compreensão: o contexto socio-político-econômico que demandou a necessidade de capacitar profissionais de Serviço Social, a proposta pedagógica e metodológica definida, entre outros elementos. O campo empírico foi o Conselho Regional de Serviço Social da Bahia (CRESS/BA) e a principal fonte de pesquisa foram as propostas pedagógicas dos cursos, programações, relatórios e avaliações dos cursistas.

A ética que se ensina no Serviço Social tem referências históricas e sociais. É expressão de um tempo em que estão engendradas diversas determinações, com origens nas relações sociais e que se configuram a partir do modo de produção capitalista em suas diferentes fases, mas também são determinações atravessadas e estruturadas por marcadores que deixarão suas impressões indeléveis no tecido social no qual atuará as assistentes sociais brasileiras, a exemplo das questões de gênero e étnico-raciais.

A pesquisa realizada para o mestrado, suscita diversos temas relacionados à ética profissional. Este artigo tem como objetivo apresentar algumas análises e resultados acerca do ensino da ética no Serviço Social partindo do “re” conhecimento do tema no processo de formação profissional dos/as assistentes sociais como parâmetro de análise para abordar esse mesmo tema no âmbito do Curso “Ética em Movimento” desenvolvido pelo Conjunto CFESS/CRESS desde 1999, em especial na Bahia, lócus do estudo.

Dessa forma, além da introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em três seções, a primeira aborda o desenho do ensino da ética na formação profissional tomando como recorte temporal as Diretrizes Curriculares de 1996; a segunda apresenta a configuração do Curso Ética em Movimento desenhado pelo conjunto CFESS/CRESS, e a terceira expõe alguns resultados da pesquisa do ensino da ética nos cursos realizados na Bahia.

O (não) ensino da ética na formação profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996

As Diretrizes Curriculares de 1996 foram resultado de um amplo e sistemático debate que se iniciou, em 1994, promovido ainda pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). O primeiro documento foi aprovado como “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, em 1995, na XXIX Convenção Nacional da ABESS em Recife/PE e, posteriormente culminou com a elaboração da “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate”, fruto da realização de oficinas que teve como suporte a assessoria de um grupo de consultores. Essa proposta “foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada, em Assembleia Geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996”. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60).

As Diretrizes podem ser analisadas, em conjunto com os outros elementos que integram o que foi denominado de Projeto Ético Político Profissional, como um esforço da categoria em concretizar uma compreensão de mundo a partir das leituras da tradição marxista. Constitui-se no anúncio de uma nova proposta de formação profissional que desafia a categoria a ter uma leitura de realidade contextualizada social e politicamente.

Da análise dessa documentação, pode-se inferir a relevância dos princípios da historicidade, da leitura crítica e contextualização sociopolítica dos fenômenos sociais da realidade vivida e ainda o delineamento de uma identidade profissional que defenda princípios e valores calcados num posicionamento crítico e emancipador. A dimensão política do Projeto supõe reconhecer o caráter contraditório do sistema capitalista, com base no princípio de que a riqueza é socialmente produzida, mas a sua apropriação é privada e que nesse movimento e tensão das relações sociais entre as classes existem possibilidades de se posicionar quanto à sua continuidade ou construir alternativas de ruptura.

No entender de Yamamoto (2009, p. 37), a dimensão ética associada ao caráter político supõe “uma visão de mundo articulado a uma ética correspondente e se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens no enfrentamento dos conflitos sociais.” A ética aí entendida como a ciência da moral, ou seja, aquela capaz de fazer a crítica aos fundamentos da moral vigente e de propor (e construir) possibilidades de superação. A reflexão ética vai requerer uma tomada de posição e a proposição de valores que referenciem novos projetos de sociedade. Importa salientar que a dimensão política não se confunde, em absoluto, com partidário político.

Alertadas por esse entendimento de Yamamoto (2009) quanto à associação da ética à política, pareceu-nos relevante observar também o caráter político nas Diretrizes Curriculares de 1996. Nesse sentido, Deluiz (1995) compreende que no conceito de formação orientada para o trabalho estão presentes a dimensão profissional e a dimensão política. Essa primeira irá envolver conteúdos não só relativos ao trabalho técnico do trabalhador, mas o desenvolvimento de diversas competências a exemplo das técnicas e intelectuais ampla, organizacionais e metódicas, comunicativas, sociais e

comportamentais. No tocante à dimensão política, a autora compreende que essa dimensão:

Possibilita a compreensão crítica da vida e das relações sociais, da evolução técnico-científica; e a compreensão da história, da dinâmica, do conteúdo e das implicações sociais do trabalho humano. Trata-se, portanto, de integrar os objetivos de qualificação profissional com a construção de uma identidade individual e coletiva, valorizando-se o desenvolvimento do sujeito e a formação de uma consciência coletiva crítica e emancipadora. (Deluiz, 1995, p. 179).

Posto isso, apresenta-se o seguinte questionamento: como se explicita a dimensão ética nas diretrizes curriculares proposta pela ABEPSS, em 1996, e que servirá de base para a de 1999¹. O esforço aqui é o de capturar como se expressa esse elemento (da ética) no texto original das Diretrizes que estão organizadas em: Pressupostos; Princípios e Diretrizes da Formação Profissional e a nova Lógica Curricular.

O documento intitulado “Diretrizes para o Curso de Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS, 1997) esclarece quanto:

- a) **Pressupostos da formação profissional:** Nesse item não há referência explícita à ética, mas indica o caráter político do projeto profissional ao situar que o marco para a sua redefinição se deu no tratamento atribuído ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Essa concepção situa o Serviço Social no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado, adotando uma perspectiva histórica e de totalidade. Nesse sentido, destaca-se como pressuposto o caráter interventivo da profissão no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Tem ainda como pressuposto que o *processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do estado, através das políticas e lutas sociais.* (ABESS/CEDEPSS, 1997).
- b) **Princípios e diretrizes da formação profissional.** Pode-se identificar mais explicitamente as dimensões citadas acerca da ética principalmente nos seguintes pontos:
 - a. Princípios:
 - i. Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional.
 - b. Diretrizes:

¹ Foi tomado como base para análise o documento sistematizado à época pela ABESS/CEDEPSS denominado *Diretrizes para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 8 de novembro de 1996)* e publicado no caderno ABESS número 7. A escolha desse documento em detrimento das Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas, em 1999 e daquele instituído pelo Ministério da Educação e Cultura/MEC, em 2002, deve-se ao fato de que a primeira expressa a proposta original que foi aprovada em Assembleia pela categoria e as últimas foram frutos de reajustes necessários à submissão da proposta ao Conselho Nacional de Educação/CNE.

- i. Não há referência à ética, a não ser no enunciado ao afirmar que a formação profissional implica na capacitação teórico-metodológica, **ético-política** e técnico-operativa tangenciando mais com os debates éticos, os seguintes pontos:
1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
 2. [...]
 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades contidas na realidade;
 4. Apreensão das demandas — consolidadas e emergentes — postas ao Serviço Social via mercado de trabalho visam formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABESS/CEDEPSS, 1997).
- c) **Nova lógica curricular.** Neste item destaca-se que o pressuposto central das diretrizes é a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) necessários à intervenção profissional nos processos sociais. A proposta efetiva-se, portanto, num conjunto de conhecimentos indissociáveis expresso na noção de totalidade entre os núcleos de fundamentação que se concretizam em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios e atividades complementares. Ademais, a noção de práxis está presente por meio da mediação teoria/prática/ética na forma de construir o conhecimento, demonstrando a apreensão do método materialista histórico-dialético. (ABESS/CEDEPSS, 1997).

Em resumo, segundo Cardoso (2017), os componentes ético-políticos estão presentes no núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, *demonstrando uma proposição de centralidade da ética no processo de formação do assistente social em sua transversalidade.*

Dentre as matérias/disciplinas propostas inclui-se a Ética Profissional, cuja ementa indica que sejam abordados os seguintes conteúdos:

Os fundamentos ontológicos e sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional; O processo de construção de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os códigos de ética profissional na história do Serviço Social brasileiro. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71, grifo dos autores).

Entretanto, na definição das matérias, não fica evidenciada a possibilidade de transversalidade proposta nos Princípios das Diretrizes, ficando o seu conteúdo restrito à disciplina Ética Profissional.

O currículo de 1996 demarca explicitamente quais as suas bases teóricas, filosóficas e éticas e propõe criar os alicerces para a formação de um profissional crítico e competente nas diversas dimensões da atuação profissional que possa superar o cunho conservador das ações profissionais e, com isso, possibilitar a adesão dos assistentes sociais a valores emancipatórios (Bonfim, 2015).

A gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), para o período 2011/2012, desenvolveu, em parceria com o CFESS, o “Projeto ABEPSS Itinerante”² nas diversas regionais do país. A temática da ética na formação profissional em Serviço Social na atualidade foi tema do módulo 4 do referido Projeto. Diante do material produzido e sistematizados nos Relatórios das regionais, as professoras doutoras Adrianyce Souza, Silvana Mara e Priscila Cardoso elaboraram um artigo que foi publicado na *Temporalis* (2013) com o título “Ética e Serviço Social: Um itinerante caminhar”. O objetivo foi discutir essa experiência e sistematizar as questões que atravessam e problematizam a formação profissional a luz da reflexão ética.

As reflexões e análises que as autoras trazem nesse artigo, dão visibilidades aos conteúdos e nuances advindos da prática docente, na formação profissional em Serviço Social, no que tange à ética e oferece ao leitor uma análise da aplicabilidade das Diretrizes Curriculares de 1996, em especial, no aspecto da centralidade da ética na formação. Apontam as incongruências, os desafios e dificuldades de efetivação dessa direção social, ao tempo que reforçam o entendimento da necessária colocação da ética como elemento transversal do processo formativo.

As autoras situam o debate da formação profissional no contexto da precarização do ensino superior presente tanto nas unidades particulares quanto nas públicas.

A dimensão ética, da forma que está delineada nas Diretrizes Curriculares de 1996, defronta-se com um universo ideológico e cultural que sustenta a defesa dos interesses do capital e, em consequência, ruptura com valores civilizatórios, patrocinados pelas classes dominantes e Estado, levando a um completo esvaziamento das capacidades críticas e de problematização no que tange à intervenção profissional (Sousa; Santos; Cardoso, 2013, p. 36).

Essa condição imposta por esses interesses, concorre para a formação de profissionais despolitizados e de fácil submissão às normas de mercado e aos ditames institucionais onde atuarão as/os assistentes sociais. Não obstante, a formação profissional em Serviço Social aponta para a crítica à sociedade burguesa e aos valores a ela subjacentes. Isso posto, vislumbra-se o desafio que se impõe para a formação profissional: continuar avançando na consolidação das diretrizes curriculares ao tempo em que se mantém a disputa pela direção social-estratégica dessa formação.

Sousa, Santos e Cardoso (2013) identificaram na análise dos relatórios das regionais, que há consenso quanto ao entendimento do lugar da dimensão da ética na formação, qual seja, o de transversalidade em todos os componentes curriculares presentes nos núcleos de fundamentação. E é exatamente nesse ponto que surge um dos principais desafios: a

²O Projeto ABEPSS Itinerante tem como objetivo “Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior.” Disponível em: <http://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>. Acesso em: 30 ago. 2020.

materialização dessa transversalidade nos diversos componentes curriculares. Concluíram as autoras que a abordagem sobre ética fica restrita às disciplinas específicas sobre o tema. Nesse ponto, cabe um questionamento: de que forma o debate sobre os fundamentos ontológicos estão sendo garantidos nas disciplinas que focam a ética profissional, considerando que os relatórios apontam para uma desvinculação dos fundamentos ontológicos da discussão da ética?

As autoras informam que, para além da disciplina específica, algumas poucas abrangem esse conteúdo, quais sejam: Estágio Supervisionado, Pesquisa e Introdução ao Serviço Social. Em três regionais, aparece uma relação mais direta na disciplina de Filosofia que integra o Núcleo de Fundamentos da Vida Social. Chamam a atenção, portanto, que não há espaços de debates e aprofundamento acerca dos fundamentos ontológicos da ética, ao mesmo tempo, que alertam para a relevância e necessidade histórica de apreensão desse conteúdo uma vez que, sem os mesmos e com matérias desconectadas, não se consegue realizar a crítica à sociabilidade do capital numa perspectiva de totalidade socio-histórico.

Nesse sentido, o indivíduo sem a realização da crítica à vida cotidiana, que possibilitaria a apreensão das necessidades coletivas, para além do eu, e a sua realização como ser livre e consciente, no dizer de Barroco (2001), estaria fadado e submisso a uma moral conservadora e reprodutora das relações sociais vigentes. A ausência dessa crítica ou a suspensão da cotidianidade (Barroco, 2001), também compromete o entendimento dos direitos humanos numa perspectiva da emancipação humana e a apreensão dos fundamentos ontológicos da ética.

Outras dificuldades se somam a essas. Não obstante a transversalidade da ética ser admitida formalmente, o seu conteúdo está localizado numa disciplina, assim como o seu conhecimento está restrito aos/as docentes que ministram a disciplina. Isso resulta em obstáculos à transversalidade uma vez que não há domínio do conceito e nem dos fundamentos ontológicos da ética por outros/as docentes implicando em não abordar esses conteúdos em suas disciplinas. Faz-se urgente a necessidade de capacitação para esses profissionais.

Afora isso, outros níveis de dificuldades se apresentam no tocante aos pressupostos que afirmam a transversalidade da ética. O primeiro diz respeito às críticas a um possível “fundamentalismo teórico” ou “ditadura do marxismo”, revelando uma incompreensão da construção histórica da direção social da profissão quanto da apropriação da teoria social de Marx. O rebatimento dessa tendência na ética aparece por meio do questionamento da viabilidade da predominância de valores universais que possam articular o gênero humano aos desafios da vida cotidiana, contrapondo-se ao relativismo cultural e a ética formalista (Sousa; Santos; Cardoso, 2013).

O segundo ponto reclama que, nesse contexto de ascensão do neoconservadorismo, inclusive dentro da profissão, não se pode admitir que a ética seja uma disciplina isolada. Isso significa, em última instância, fortalecer um projeto que defende a construção de valores pautados no individualismo e numa sociedade de consumo. Ademais, não se trata do professor(a) ter ou não sensibilidade para o tema, apenas no enfoque humanista.

Constituído a partir da objetividade social, o campo dos valores sofre determinações reais fruto das necessidades e possibilidades socio-históricas do ser social em sua intervenção no mundo.

Para explicar a centralidade da ética, Sousa, Santos e Cardoso (2013) explicitam o que entendem sobre formação profissional na graduação. Em linhas gerais, compreendem o processo vivenciado por estudantes para se habilitarem ao trabalho profissional, admitindo-se a ideia de que esse é uma etapa inicial na formação desse profissional. Pretende-se, destarte, que esse processo seja informativo e formativo. Ou seja, ao final dele tem-se não só um profissional, mas forja-se um sujeito social em bases críticas. Espera-se de ambos que tenham condições de se posicionar criticamente frente ao instituído, transformando-o, caso seja necessário. Assim as autoras expressam essa compreensão:

Ao compreendermos a formação profissional como espaço de formação mais ampla do ser humano numa lógica não mercadológica, mas sim de totalidade, podemos afirmar a existência de um vínculo orgânico entre projeto profissional, projeto de educação e de universidade e projeto societário. Vínculo orgânico que não se estabelece no cotidiano de modo mecânico, mas mediado por um conjunto de questões e interesses que devem sinalizar para a defesa de uma educação que supõe formar pessoas para a vida, para o mundo e não somente para o exercício profissional; e, para tanto, pressupõe o fomento do pensamento crítico que possibilite uma ação reflexiva e competente. (Sousa; Santos; Cardoso, 2013, p. 50).

A formação nesses moldes pressupõe uma reflexão ética, não circunscrita a uma disciplina, mas como estratégia de desvelamento crítico do significado e escolhas dos sujeitos frente às alternativas concretas que lhes aparece. Os fundamentos da ontologia do ser social têm como elementos centrais a liberdade e a emancipação humana. O primeiro como valor ético principal do PEPP, e o segundo como teleologia, na expectativa de termos uma sociedade cujos valores atendem de maneira justa e equânime os interesses coletivos.

Para materializar essa diretriz, necessário se faz a articulação de conteúdos, assim como, diante das dificuldades de operacionalização, buscar construir saídas coletivas — categoria profissional e suas entidades representativas — para a promoção e efetivação de uma matriz curricular orgânica e articulada. É imperativo esse movimento, sob pena de não efetivação do que está preconizado, normativamente, no Código de Ética Profissional.

Entendem as autoras que as disciplinas “Ética” e “Ética Profissional” têm como finalidade:

[...] preparar os/as discentes para o enfrentamento das questões éticas que perpassaram o cotidiano profissional, numa determinada direção, expressa em nosso Código de Ética, que é radicalmente contrária a todo e qualquer tipo de preconceito e autoritarismo, visto que é a expressão da compreensão da ética na perspectiva ontológica, que nos dá fundamento para a busca da reflexão ética enquanto possibilidade de saída da alienação própria do cotidiano na sociabilidade do capital, transcendendo o espaço da moral e podendo realizar escolhas livres, conscientes e críticas na direção do reconhecimento de nossa singularidade e ao mesmo tempo, de nossa genericidade humana. (Sousa; Santos; Cardoso, 2013, p. 57).

Se assim for, tal caminho provocará nos/as discentes reflexões de cunho ético que o reposicionará diante de valores adquiridos ao longo da vida, no sentido de reforçar ou fazê-lo/a compreender que o alinhamento com o PEPP requer o reconhecimento da genericidade humana e a superação da singularidade e de conceitos e preconceitos arraigados.

As contribuições das referidas autoras são bastante relevantes no contexto desta pesquisa, por uma série de motivos, dos quais destacaremos pelo menos dois. Primeiro, analisam o desempenho do ensino da ética nas Unidades de Formação Acadêmica particulares e públicas, a partir do que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e identificam os desafios enfrentados para a consecução da ética enquanto eixo transversal na formação profissional em Serviço Social. Há uma distância entre o que está previsto e o que é efetivado, sobretudo porque não se vê aprofundamentos acerca dos fundamentos ontológicos da ética, que refletem a direção social do PEPP, espalhados nos conteúdos das disciplinas ministradas, a não ser na própria matéria de ética.

O Curso Ética em Movimento no Conjunto CFESS/CRESS

O Ética em Movimento foi um projeto proposto pelo Conselho Federal de Serviço Social em 1999 com o entendimento de que passados sete anos do início da vigência do Código de Ética de 1993, identificava-se a necessidade de aprofundar aspectos no âmbito político e profissional, a exemplo das questões jurídicas-operacionais relativas às denúncias. Dessa forma, esperava-se que o debate sobre a concepção de ética adotada pelo Conjunto se espraiasse pela categoria, formando novos quadros de profissionais habilitados ao debate da ética. Foi determinante para essa compreensão, a constatação do caráter corporativista das denúncias éticas que chegavam aos conselhos. Ao mesmo tempo, as instâncias Regionais demandavam do CFESS uma capacitação que ampliasse a sua ação educativa e fiscalizadora³.

A primeira turma do curso, realizado no ano de 2000, era composta por assistentes sociais representantes dos Regionais que se comprometiam com a etapa posterior de multiplicação nos seus estados.

Na programação do curso da turma de 2007, encaminhada pelo CFESS, os objetivos para a formação foram apresentados da seguinte forma:

- Oferecer subsídios para a apreensão crítica da natureza histórica e política da ética social e profissional;
- Contribuir para a incorporação consciente e crítica dos fundamentos, valores e princípios presentes no Código de Ética Profissional;
- Contribuir para a consolidação do projeto ético-político dos/das Assistentes Sociais nos diferentes espaços de atuação profissional.

³ É a partir de 1993 que o Serviço Social começa a se voltar para uma fiscalização educativa, pedagógica e não punitiva na perspectiva de preparar os profissionais para orientar e fiscalizar o exercício profissional com base nos seus instrumentos de orientação, a exemplo da Política Nacional de Fiscalização. Para maiores referências acerca desse processo ver site do CFESS (<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>).

No que se refere à matriz programática, o curso está organizado em quatro módulos⁴: 1. Ética e História; 2. Ética e Trabalho Profissional; 3. Ética e Direitos Humanos⁵; 4. Ética e Instrumentos Processuais. Para cada um deles foi produzido um caderno formativo que contém os assuntos e orientações metodológicas para abordagem do respectivo tema. A direção política e pedagógica foi definida para o curso, a partir dos pressupostos do Projeto acima referidos, que serviram de bússola para os conteúdos que foram sistematizados, publicados em brochuras e disponibilizados para os/as participantes das turmas.

Os conteúdos vinculam-se a uma proposta de não somente conhecer/interpretar o Código de Ética, mas, principalmente, decodificá-lo e materializá-lo no cotidiano do exercício profissional, aprofundando/fortalecendo o debate da ética na sociedade brasileira, imprimindo visibilidade profissional e social à ética, possibilitando a publicização da vinculação do Projeto Profissional do Serviço Social à luta pela construção de uma nova ordem societária, em que se efetive a conquista da emancipação de homens e mulheres.

Importa registrar a metodologia utilizada nos módulos para a apresentação dos conteúdos. Preocuparam-se as autoras, por orientação editorial do CEDH/CFESS, em adotar uma abordagem dos conteúdos de modo a facilitar o aprendizado sem perder a possibilidade de uma fundamentação densa, com o objetivo de estimular a motivação para posteriores aprofundamentos. O objetivo era que o/a participante, que via de regra não é especialista nos temas, obtivesse subsídios teóricos e metodológicos para o exercício da multiplicação.

A proposta é de ser uma intervenção reflexiva, crítica, propositiva, envolvendo diferentes metodologias como música, filme, a exposição dialogada das professoras. De forma que a categoria se sinta sujeita efetivamente dessa construção e da ampliação e produção e fortalecimento do nosso projeto ético-político profissional⁶.

Dessa forma, além de textos, são sugeridos filmes, literaturas, letras de música, questões para reflexão, estudos de caso, como elementos facilitadores da apreensão dos conteúdos na medida em que aproximava os/as participantes da realidade vivenciada no cotidiano profissional. Também se utilizam de personagens que, ao longo do texto, dialogam para a apresentação dos assuntos. Cristina Brites, autora do módulo Ética e Trabalho Profissional, elucida essa metodologia ao dizer que o curso se constitui num:

Espaço de debate, de reflexão coletiva sobre os desafios colocados pela realidade social e profissional para os/as assistentes sociais. A estrutura do curso é pensada para os profissionais que estão na base, que estão cotidianamente envolvidos com esse desafio e tem a possibilidade de refletir sobre os seus próprios valores, refletir sobre a orientação da sua moralidade, da sua ética, pensar sobre as diversas formas de preconceito e discriminação que estão

⁴ Essa designação foi atribuída na 5ª edição dos módulos em 2017. Anteriormente o Módulo 1. se intitulava Ética e Sociedade e o Módulo 2. Ética e Práxis Profissional.

⁵ O Módulo de Ética e Direitos Humanos passou a compor o programa a partir de 2007, na Gestão CFESS “Defendendo Direitos, radicalizando a democracia” (2005–2008).

⁶ Informação verbal realizada por Marylúcia Mesquita no vídeo CFESS Ética em Movimento no Serviço Social. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTKC1T1E2-o> (2010).

presentes na realidade social e profissional, ao pensar em refletir, refazer a forma de incorporação subjetiva dos valores e princípios na ética profissional⁷.

Até 2017 foram constituídas 17 turmas para formação de agentes multiplicadores. Ao participarem do curso as assistentes sociais assumiram a responsabilidade de replicar o conteúdo em seus estados de origem. Para isso elas são orientadas a elaborar um Projeto de Multiplicação com os seguintes componentes: Introdução, Justificativa, Objetivos, Referencial Teórico, Procedimentos metodológicos, Orçamento e Bibliografia.

O Curso Ética em Movimento na Bahia análises e resultados

Na Bahia, no período de 2000 a 2017, foram constituídas ao menos 23 turmas do curso Ética em Movimento. Dessas, 11 ocorreram na capital Salvador e as demais, 12, no interior do Estado. A carga horária do curso variava entre 16 e 32 horas, sendo mais recorrente as turmas com 16 horas/aula (18 turmas). A carga horária de 32 horas é estabelecida pelo CFESS e se refere àquelas turmas cuja multiplicação é compromisso de realização da Agente Multiplicadora. Enquanto, as de 16 horas foram turmas ofertadas livremente pelo CRESS Bahia à categoria.

Em relação ao número de inscritos, não se pode afirmar ao certo a sua totalidade. Em quadro fornecido pelo CRESS/BA, que demonstrava um levantamento das turmas realizadas entre novembro de 2014 e maio de 2017, estão registradas 17 turmas envolvendo 430 participantes, uma média de 25 participantes por turma. Vale ressaltar que 234 fichas de avaliação de discentes das distintas turmas foram acessadas, analisadas e categorizadas durante a pesquisa realizada que resultou na dissertação que está subsidiando este artigo.

Analisando os 10 projetos das assistentes sociais que participaram do curso de formação e que, com isso, assumiram o compromisso de multiplicar a capacitação para as profissionais de seu estado, depreende-se dos itens da Introdução, Justificativa e Referencial Teórico, que os projetos com o tempo vão adquirindo maior consistência na sua elaboração. Reputa-se esse fato à própria maturidade que a categoria foi adquirindo no debate e apropriação da temática.

As distinções entre os projetos apresentados, basicamente dizem respeito aos aspectos conceituais que foram enfatizados em cada um deles. Ressalta-se que os primeiros não traçam grandes considerações sobre os conceitos de ética e moral. Outros dão ênfase à distinção entre ética e moral, há aqueles que recuperam a trajetória dos Códigos de Ética do Serviço Social, e os que abordam direitos humanos como também a cotidianidade.

Todos os projetos convergem para o entendimento de que a multiplicação do Curso Ética em Movimento é um instrumento estratégico para consolidação do PEPP. Nesse sentido, a ética é entendida para além do seu aspecto legal e formal e, assim como a profissão, deve ser contextualizada socio-historicamente no contexto das relações sociais.

⁷ Informação verbal realizada por Cristina Brites no vídeo CFESS Ética em Movimento no Serviço Social. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTKC1T1E2-o> (2010).

Um aspecto que mereceu destaque é a compreensão de que a capacitação sobre ética deve instrumentalizar para a prática, mais do que isso, é uma mediação imprescindível ao fazer profissional nas respostas que elabora às demandas dos usuários nos espaços socio-ocupacionais. Ao se referirem à ética, dizem dos valores e princípios que a delimitam: liberdade, como valor ético central, a efetivação dos direitos humanos como meta e emancipação humana como teleologia.

Demarcam explicitamente a vinculação entre PEPP e projeto societário, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e equânime e de crítica à sociabilidade do capital. Há uma inquietação ética presente nos projetos, o desafio de efetivação da função social da profissão frente ao recrudescimento dos direitos sociais. E esse, nos parece, o elemento central da proposta de capacitação.

No objetivo geral, verifica-se que cinco dos dez projetos estabelecem como intuito capacitar profissionais sobre o debate da ética e dos direitos humanos visando ao fortalecimento da atuação profissional e do Projeto Ético-Político Profissional, buscando alternativas de enfrentamento aos principais desafios oferecidos pelas contradições sociais que permeiam o fazer profissional.

Dois projetos enfatizam o objetivo de expandir e multiplicar os princípios e valores do Código de Ética das/os assistentes sociais, bem como contribuir com a materialização do Código de Ética e fortalecimento da categoria, na perspectiva do compromisso e posicionamento ético-político considerando seus valores, princípios, referenciais teóricos, normas e diretrizes.

Dois projetos remetem, no objetivo geral, à realização do curso a determinados públicos de assistentes sociais e um pretende trabalhar as transformações que a ética almeja provocar no seio da categoria profissional tendo como alvo a “clientela” atendida.

A metodologia participativa e vivencial é indicada em todos os Projetos. Concilia-se as aulas expositivas dialogadas com trabalhos em grupo, exposição e debates de filmes, simulação de casos, músicas, além de leitura e debate dos textos das brochuras do Curso. Argumenta-se que essa opção metodológica proporciona maior integração entre os participantes e cria um ambiente de partilha de experiências, reflexões e fortalecimento da categoria. Vale lembrar que também no curso oferecido pelo CFESS é adotada a mesma metodologia, ao tempo que se estimula às agentes que façam essa mesma opção.

Um aspecto que ganha relevância neste estudo diz respeito à análise das avaliações dos cursistas acerca do conteúdo ministrado. Cem por cento do total de 200 formulários respondidos apontam que a capacitação irá contribuir para a melhoria no desempenho de sua atividade profissional. Ao se solicitar uma referência numérica de 0 a 10 para essa contribuição, para 49,2% dos respondentes o valor atribuído foi 10 (dez), seguido de 27,7% que atribuíram o valor 9 (nove).

Nas questões abertas, duas perguntas foram consolidadas: 1) Contribuições do curso ao exercício profissional e ao fortalecimento do debate ético no âmbito da atividade

profissional, política e social e defesa dos direitos humanos; 2) Observações, sugestões e críticas.

Dentre os aspectos trazidos como resposta à primeira pergunta, algumas categorias de resposta se destacam:

- a) Subsidiar a prática profissional (reflexão e atuação): a reflexão sobre a ética possibilita a atualização do exercício profissional, como também uma autocrítica e reavaliação da prática profissional, qualificando e melhorando o desempenho dos/as assistentes sociais. Fortalece o compromisso com a ética profissional, com o agir e com a convivência cotidiana.
- b) Visão crítica e Reflexão: o curso promove a reflexão e desenvolve uma visão crítica sobre o fazer profissional. Fomenta a reflexão e direciona para um processo de mudança da realidade.
- c) Apropriação do Código de Ética Profissional: o curso proporciona uma visão ampliada do Código de Ética Profissional, favorecendo o profissional para atuar em consonância com referido código.
- d) Fortalece o compromisso com o PEPP: atuação ética e competente com compromisso com o PEPP; fortalece os princípios, os valores da profissão, renova o conhecimento, dando maior qualidade ao trabalho; Responsabilidade na materialização do projeto ético-político.
- e) Aprimoramento pessoal: fortalece os conhecimentos colaborando no desempenho e crescimento como pessoa e profissional.
- f) Fortalecimento do fazer profissional para qualificar o atendimento ao usuário: faz referência ao debate da ética como elemento que qualifica o fazer profissional no atendimento às demandas dos usuários, buscando viabilizar os seus direitos como cidadão.
- g) Compreensão dos fundamentos da ética: conceitos relativos aos fundamentos da ética e da teoria social: diferença sobre ética e moral; democracia e capitalismo.

Merece relevo, nas respostas oferecidas para a segunda questão (observações, sugestões e críticas) os elogios dispensados aos recursos e metodologia utilizados, enfatizando as trocas de experiência, os debates proporcionados e a forma clara e objetiva que os conteúdos foram passados.

Deduz-se dessas avaliações que o principal impacto do curso de multiplicação sobre Ética, foi oferecer elementos para o/a cursista refletir e avaliar a sua prática profissional com vistas a melhorar/qualificar o seu desempenho. Ao mesmo tempo estreita o compromisso com a ética profissional, aprofundando conhecimentos e instrumentalizando o/a profissional para a intervenção nos diversos espaços socio-ocupacionais frente aos desafios postos para a efetivação do PEPP.

A Informação de destaque é o estímulo à reflexão e o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o fazer profissional. Se assim ocorreu, entende-se que possibilitou a apreensão dos fundamentos ontológicos da ética. Um convite à suspensão da cotidianidade, o desvelamento das contradições e da dialética inerentes aos processos sociais são temas inerentes a essa abordagem. Assim como a liberdade como valor ético central e a dignidade

humana e justiça social como teleologia do PEPP. A metodologia adotada contribuiu para os resultados, sobretudo quando proporcionou o diálogo entre os participantes e a troca de experiência.

A apropriação do Código de Ética e o fortalecimento do compromisso com o PEPP também são resultados citados pelos/as participantes. Ambos são revisitados e reforçados no desenvolvimento dos conteúdos, implicando os/as cursistas na sua efetivação. Ao mesmo tempo é uma oportunidade de aprimoramento pessoal e de qualificação do fazer profissional na direção do atendimento às demandas do usuário.

Considerações Finais

Na trajetória da formação profissional em Serviço Social a disciplina Ética foi pautada em diferentes propostas curriculares em determinados tempos históricos. Reconhece-se, portanto, que o assunto é “ensinável”. Mas, também é importante reconhecer que a sua abordagem pode estar voltada para o ensinamento de uma moral acrítica cujos princípios e valores estão alicerçados na intenção de conservar uma sociedade tradicional e, nesse sentido, a ética é normativa e disciplinadora. De outra forma, a abordagem do ensino da ética pode estar orientada para uma reflexão crítica da moral socialmente estabelecida e, sendo assim, pode ser um caminho de mudanças e transformações.

A depender da perspectiva que se adote, o comportamento esperado pode ser de aceitação ou contestação às normas construídas e aceitas socialmente. A variação vai ser dada pela visão de mundo e de sujeito nas quais se ancoram os projetos e, sobretudo, qual a sociedade que se está almejando construir. Destarte, não é possível falar de ética profissional sem nos remeter a uma ética social.

Entretanto, a abordagem da ética, de acordo com as conclusões da ABEPSS Itinerante realizada em 2012, não está se efetivando transversalmente na graduação em Serviço Social, no âmbito geral das Unidades de Formação Acadêmica. Essa condição reforça a premência de espaços que oportunizem o debate da ética, na perspectiva da continuidade e compromisso com o aprimoramento intelectual e técnico dos/as profissionais e com a qualidade da prestação dos serviços, cujo movimento, entende-se, não é responsabilidade única do sujeito aprendiz, por assim dizer.

Para além da dimensão estrutural, a ética tem um aspecto subjetivo que é a aceitação livre e consciente dos valores morais e das escolhas que o faz sujeito. Essas normas, deverão ser acatadas pelos sujeitos por uma convicção íntima e não de maneira mecânica e impessoal. E, por isso, o ensino da ética, não só é possível, mas absolutamente necessário. Não para ensinar ao sujeito a ser ético a partir de determinada referência, mas, para fazê-lo/a refletir criticamente sobre o porquê de as “coisas” serem como são e que, como seres dotados de liberdade, cabe a eles/as fazerem escolhas que o/a levarão a caminhos que reforçam o instituído ou que o subverte.

Portanto, a formação de consciência política, possivelmente, pode ser estimulada nesse processo reflexivo da capacitação e se expressar no cotidiano da vida pessoal e profissional. Como diria Barroco, a ética se faz no dia a dia. Não se trata de uma abstração.

Mas, é preciso suspender o cotidiano para, mantendo uma distância ótima do mesmo, poder enxergá-lo sob o prisma da indagação, do mergulho na radicalidade das determinações e ao compreendê-lo de outras formas, poder estabelecer diferentes (ou divergentes) estratégias de intervenção.

O Curso Ética em Movimento cumpre um papel estratégico, pois oportuniza espaços de debates e reflexão assentados nos princípios e valores do PEPP do Serviço Social, incluindo a apreensão do CEP, para além dos seus aspectos legais e formais. Não se pode, contudo, encastelar a ética. Por sua natureza, o debate ético, implica na liberdade de questionar, de inquirir, de buscar sobre, de compreender o porquê. Esse mergulho fora da cotidianidade é desafiador, pois muitas vezes, não se tem os instrumentos e as oportunidades que direcionem o caminho da investigação que é, sobretudo, disponibilizar-se para uma reflexão crítica conduzidos por uma metodologia cujo fundamento é a práxis.

As realidades pessoal e profissional, o contexto vivenciado pelos sujeitos é a matéria-prima para o debate da ética, que nada mais é que o estudo da moral vigente. A adoção de uma metodologia que priorize as trocas de experiência, uma vivência participativa e dialógica emolduradas por reflexões teóricas — também já sistematizadas a partir de estudos do concreto — fornecerão os instrumentos para um efetivo processo de ensino/aprendizagem.

A proposta do Curso Ética em Movimento, como foi idealizada pelo CFESS, em 1999, e aprimorada ao longo dos anos subsequentes, alia-se à ideia da concepção pedagógica crítica. Aproxima-se pela intenção e pelo método. Nessa perspectiva, não se objetiva a simples transmissão do conhecimento para preparar o indivíduo para o trabalho. O processo educativo, nesse caso, busca desvelar os fetiches ideologicamente erigidos pelo capital, a partir de uma realidade concreta entre classes onde se desvele as relações de dominação e exploração. Essa preocupação está presente tanto nos cursos do CFESS quanto nos realizados pelo CRESS-BA, e também é percebida pelos cursistas, ao manifestarem sobre a metodologia utilizada e que as trocas de experiências entre os colegas e o/a palestrante provoca o pensar trazendo elementos para o contexto cotidiano no campo de trabalho.

Do ponto de vista do método, prioriza-se o estímulo de um pensamento crítico e capacidade inventiva com vistas ao reconhecimento das necessidades humanas e ao desenvolvimento integral dos sujeitos, admitindo-os como capazes de proceder transformações individuais e coletivas na direção da construção de uma sociedade que tenha por horizonte a emancipação humana. Nessa direção, a reflexão proporcionada pelo curso contribui para uma visão crítica do fazer profissional, ao tempo que direciona para um processo de mudança. Essa foi uma das avaliações realizadas pelos/as cursistas.

É flagrante que ainda existe uma carência do debate sobre a Ética, como se o tema fosse superficialmente abordado na formação profissional ou a forma como é abordado não desperta no profissional em formação o entendimento da concepção de totalidade da ética e a relevância da sua aplicabilidade não só no exercício profissional, mas também, no posicionamento diário frente às desigualdades postas em todos os níveis das relações. O

debate da ética instrumentaliza os sujeitos para os enfrentamentos das lutas sociais e amplifica a sensibilidade e empatia ao despertar valores relativos à ética social, e nele, os direitos humanos levando-o a se entender como sujeito — individual e coletivo — de transformação social.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL/CENTRO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS (ABESS/CEDEPSS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 58–76, 1997.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325–334, set./dez. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802017000300325&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 mar. 2019.

DELUIZ, Neise. **Formação do trabalhador: produtividade e cidadania**. Rio de Janeiro: Shape, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15–50.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de; SANTOS, Silvana Mara Morais dos; CARDOSO, Priscila. Ética e Serviço Social: Um itinerante caminhar. **Temporalis**, Brasília, ano 13, n. 25, p. 33–61, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/4847>. Acesso em: 2 ago. 2020.

Submetido em: 30/08/2023

Aceito em: 05/10/2023